

1. Em atenção ao Memorando Circular nº 4/2020/PRRE/SPR, de 31 de março de 2020, no qual solicita subsídios a respeito de "novas iniciativas regulamentares que devem ser planejadas pela Anatel por meio de sua Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022", encaminhamos as Informações na tabela que segue.

Nome da iniciativa	Descrição e escopo da iniciativa (problemas)	Priorização (ordinário, prioritário ou urgente)	Tema e subtema	Prazos e entregas esperados, por semestre, para: (i) conclusão da Análise de Impacto Regulatório e da respectiva proposta; (ii) Consulta Pública; e (iii) aprovação final da respectiva proposta regulamentar.	Alinhamento com os objetivos de resultado do planejamento estratégico da Agência: (i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados; (ii) estimular a competição e a sustentabilidade do setor; (iii) promover a satisfação dos consumidores; e (iv) promover a disseminação de dados e informações setoriais
Revisão da regulamentação sobre o Serviço Especial para Fins Científicos e Experimentais	A atual regulamentação é bastante antiga e defasada (Norma Técnica NTC N° 22, aprovada pela Resolução n° 24, de 22 de setembro de 1966), devendo ser atualizado de acordo com o ambiente regulatório que vivenciamos. Aspectos relacionados com o uso de satélites sem direito de exploração no Brasil, a semelhança de dispositivo existente no Regulamento de Uso Temporário do Espectro, devem ser considerado	Prioritário	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Outorga de serviços e licenciamento de estações	(i) 1º Semestre/2021; (ii) 1º Semestre/2021 e (iii) 1º Semestre/2022	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Revisão do Regulamento do Serviço Radioamador	Revisar o Regulamento do Serviço Radioamador para contemplar as mudanças sociais e tecnológicas que ocorram desde a sua publicação, em 2006, que reduziram o interesse do público mais jovem pelo serviço. É recomendável desburocratizar a inclusão de novos usuários, com foco nos estudantes de cursos de telecomunicações e eletrônica, de nível técnico e superior.	Ordinário	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Outorga de serviços e licenciamento de estações.	(i) 1º Semestre/2021; (ii) 1º Semestre/2021 e (iii) 2º Semestre/2021	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados; (iii) promover a satisfação dos consumidores;
Reavaliação da regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR)	Revisar a Norma de Uso do Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações., aprovada pela Resolução n° 308, de 11 de setembro de 2002. As atuais demandas das instituições de segurança pública e o desenvolvimento tecnológico impõe a revisão das regras previstas.	Prioritária.	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Outorga de serviços e licenciamento de estações/ Gestão do Espectro	(i) 1º Semestre/2021; (ii) 1º Semestre/2021 e (iii) 2º Semestre/2021	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Revisar o Plano Geral de Autorizações, aprovado pela Resolução n° 321, de 2002.	Revisão o Plano Geral de Autorizações, aprovado pela Resolução n° 321, de 2002, tendo em vista a necessidade de atualização ao novo marco legal das telecomunicações, em especial artigos 4º, 7º, 12 e seguintes.	Prioritária	Tema Recursos à Prestação. Subtema: Outorga de serviços	(i) 1º semestre de 2021 (ii) 2º semestre de 2021 (iii) 1º semestre de 2022	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Elaboração de Regulamento para o Serviço Móvel Global por Satélite Não-Geostacionário - SMGS	Revisar e atualizar disposições do Serviço Móvel Global por Satélites (SMGS), atualmente estabelecidas por meio de Norma do MCTIC.	Ordinatório.	Tema: Recursos à Prestação Subtema: Outorga de Serviços/Gestão do Espectro	(i) 2º semestre de 2021; (ii) 1º semestre de 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Regulamentação da faixa de 37-48,2 GHz	Atender necessidade de estabelecer regras para uso da faixa de radiofrequências de 37 - 43,5 GHz, 45,5 - 47 GHz e 47,2 - 48,2 GHz, ou partes destas faixas. Dependendo da evolução, deixará de ser um novo regulamento e será incorporado ao regulamento de condições de uso de interesse coletivo.	Ordinatório	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão do Espectro	(i) 1º semestre de 2021; (ii) 1º semestre de 2022; (iii) 2º semestre de 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Elaboração de Regulamento para o Serviço Especial de Radiodeterminação por Satélite - SERDS	Revisar e atualizar as disposições do Serviço Especial de Radiodifusão por Satélite (SERDS), atualmente estabelecidas por meio de Norma do MCTIC	Ordinatório	Tema: Recursos à Prestação Subtema: Outorga de Serviços/Gestão de Espectro	(i) 1º semestre de 2021; (ii) 2º semestre de 2021; (iii) 1º semestre de 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Edital de Licitação para a disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações.	Edital de Licitação para autorização de radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas, visando ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada.	Ordinário	Tema: Recursos à Prestação Subtema: Outorga de serviços e licenciamento de estações	(i) 2º Semestre/2022;	i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
PDFF 2022	Atualizar o Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF)	Ordinatório	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão do Espectro	(i) 2º semestre de 2021; (ii) 1º semestre de 2022; (iii) 2º semestre 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução n° 220/2000 e Resolução n° 267/2001)	Item 38 da Agenda Regulatória de 2019/2020. Aprovação final em 1º semestre de 2020. Processo: 53500.012175/2019-11 Caso não seja aprovada Manter o projeto na Agenda 2021-2022. Adequar a regulamentação de Direito de Exploração de Satélites ao novo marco legal das telecomunicações.	Prioritário	Tema: Recursos à Prestação Subtema: Outorga de Serviços e licenciamento de estações/Satélites	(iii) 1º semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Reavaliação da regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências (Resolução n° 548/2010)	Item 40 da Agenda 2019-2020. Meta da Agenda 2019/2020: Relatório de AIR 2º/2020 Processo n° 53500.012177/2019-01 Reavaliar a regulamentação sobre eficiência de uso do espectro de radiofrequências, em especial o regulamento aprovado por meio da Resolução n° 548, de 8 de novembro de 2010. Além disso, há que se reavaliar a forma de analisar o uso eficiente, verificando a pertinência de adotar outras dimensões dentro da análise de eficiência além da técnica. Adicionalmente, deverá ser avaliado o uso eficiente do espectro por enlaces ponto-a-ponto, em especial nos casos em que se identifica o uso de faixas nobres (que permitem enlaces de longa distância) por enlaces muito curtos, podendo indicar mau uso do espectro. Poderá ser avaliada a consolidação deste regulamento no âmbito do RUE.	Ordinatório.	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão do Espectro	(ii) 2º semestre de 2021; (iii) 2º semestre de 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Revisão do Regulamento de Uso do Espectro (RUE)	Item 41 da Agenda 2019-2020. Meta da Agenda 2019/2020: Relatório de AIR 2º/2020 Processo: 53500.012178/2019-47 Revisar, em atendimento ao Decreto 10.139/2019, além disso realizar a consolidação normativa, incluindo a adequação do tratamento de questões relativas à coordenação, emissões indesejáveis, emissores não intencionais, incluindo ISM, condições para tratamento de uso de radiofrequências para mercado secundário, prorrogações de uso de RF, e inclusão de previsão para	Ordinatório.	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão do Espectro	(iii) 1º semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados

	definição de condições técnicas de uso do espectro por meio de requisitos técnicos.				
Regulamentação para utilização do espectro ocioso (White Spaces) de forma dinâmica nas faixas de VHF e UHF	Item 28 da Agenda de 2019-2020. Meta da Agenda 2019/2020: consulta pública 2º/2019 Processo: 53500.054797/2018-28 Elaborar regulamentação que possibilite a implementação da tecnologia conhecida como TV White Spaces, que aproveita o espectro ocioso da faixa em que o serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens opera em caráter primário para o provimento banda larga, sem causar prejuízo à Radiodifusão. Vários países no mundo já possuem tais sistemas regulamentados. Essa tecnologia é muito adequada para a promoção da banda larga em áreas rurais (interior).	Ordinário	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão de Espectro	(i) 1º semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Atualização das atribuições e destinações decorrentes de decisões da Conferência Mundial de 2019 (PDF 2021).	Item 35 da Agenda 2019-2020 Atualização do PDFF conforme resultados da WRC-2019 e outros pontos que se fizerem necessários. Processo: 53500.012171/2019-25	Ordinário	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão do Espectro	(i) 1º Semestre/2020; (ii) 2º Semestre/2020 e (iii) 1º Semestre/2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Revisão das faixas dispostas na regulamentação sobre radiação restrita (Resolução nº 680/2017)	Item 39 da Agenda Regulatória. Meta da Agenda 2019/2020: Aprovação Final 2º/2020 Processo: 53500.001043/2019-56 Caso não seja aprovada Manter o projeto na Agenda 2021-2022. Revisar com vistas a ajustar a regulamentação em face de atualizações tecnológicas, incluindo a revisão de faixas com restrições de uso.	Ordinário	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão de Espectro	(i) 1º semestre de 2021	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Reavaliação da regulamentação de numeração de redes e serviços de telecomunicações - numeração de serviços	Item 25 da Agenda Regulatória 2019-2020. Meta: 2 semestre 2020 Aprovação Processo: 53500.059950/2017-22 Caso não seja cumprida manter a Revisão da regulamentação relacionada à numeração de redes e serviços de telecomunicações, visando atualizar e adequar as regras às atuais necessidades e à evolução do setor, especialmente no que diz respeito à administração e utilização dos recursos de redes de numeração. O projeto contempla a seguinte etapa da revisão regulamentar: revisão das normas que tratam da numeração dos serviços de telecomunicações (Planos de Numeração de Serviços), ou seja, dos recursos de numeração utilizados pelos usuários dos serviços de telecomunicações	Ordinário	Tema: Recursos à Prestação Subtema: Numeração	(iii) 1º semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Regulamentação das faixas de 4800-4990 MHz	Item 33 da Agenda Regulatória 2019-2020. Meta da Agenda 2019/2020: Relatório de AIR 2º/2020 Processo: 53500.012170/2019-81 Revisar a regulamentação da faixa com intuito de possibilitar o uso pelo SMP.	Ordinário	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão de Espectro	(ii) 2º semestre de 2021; (iii) 2º semestre de 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Revisão da regulamentação de uso de radiofrequências associadas à prestação do STFC, SCM e SMP	Item 36 da Agenda Regulatória de 2019/2020. Processo: 53500.012172/2019-70 Revisar a regulamentação de condições de uso do espectro de radiofrequências destinado ao STFC, SCM e SMP, no tocante aos requisitos técnicos, conforme diretrizes previstas no Acórdão nº 651, de 01 de novembro de 2018 (SEI nº 3434164) e no documento Proposta de Atuações Regulatórias (SEI nº 3077101). O projeto inclui, ainda, a redefinição das destinações, em especial com relação ao Serviço Limitado Privado e uso para segurança pública e forças militares (700MHz) e a revisão da destinação e canalização da faixa de 900MHz para o SMP, não sendo escopo do projeto tratar de outras destinações para serviços de interesse coletivo. <u>Adicionalmente, o projeto inclui a discussão da canalização das faixas de 850 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz destinadas ao Serviço Móvel Pessoal - SMP por meio das Resoluções nº 454, de 11 de dezembro de 2006.</u>	Prioritário	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão de Espectro	(i) prevista para 2º semestre de 2020; (ii) 1º semestre de 2021; (iii) 1º semestre de 2022.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Regulamentação das faixas de 1427-1518 MHz (Banda L) - IMT	Item 32 da Agenda Regulatória nº 2019-2020. Meta da Agenda 2019/2020: Aprovação final 1º/2020 Processo: 53500.044911/2018-10 Revisar a regulamentação da faixa com intuito de possibilitar o uso pelo SMP.	Prioritário	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão de Espectro	(i) 1º semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Revisão da Resolução nº 288/2002 - Norma de 2 graus da Banda Ku e Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução nº 220/2000 e Resolução nº 267/2001) Reavaliação da regulamentação sobre Direito de Exploração de Satélite e de recuperação de custos (Resolução nº 220/2000 e Resolução nº 267/2001)	Item 37 e 38 da Agenda Regulatória. Meta da Agenda 2019/2020: Aprovação Final 1º/2020 - Processo: 53500.012175/2019-11 Meta da Agenda 2019/2020: Consulta Pública 2/2020 - Processo: 53500.012173/2019-14 Caso não seja aprovada Manter o projeto na Agenda 2021-2022. Atualizar as faixas de frequências para as quais se aplica a norma a fim de facilitar a coordenação e a posterior entrada em operação de satélites operando nas faixas de frequências planejadas. Atualizar o regulamento em função das alterações realizadas no Regulamento de Radiocomunicações da UIT, inclusão de definições aplicáveis a esses Regulamentos, alteração de determinados artigos referentes à entrada em operação de satélites brasileiros e estrangeiros, melhoria do entendimento de algumas disposições e simplificação dos processos de autorização.	Urgente	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão de Espectro	(i) 1º semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
Reavaliação da Regulamentação da Banda S	Item 26 da Agenda Regulatória. Meta da Agenda 2019/2020: Aprovação final 2º/2020 Processo nº 53500.015486/2016-81 Iniciativa iniciada na Agenda Regulatória 2015-2016. AIR concluída em setembro de 2018. Caso não seja aprovada Manter o projeto na Agenda 2021-2022. Revisar a regulamentação associada às faixas de 1980-2025 MHz e de 2160-2200 MHz, considerando, entre outros aspectos, a previsão de uso da componente terrestre do IMT pelo SMGS, de forma a promover a larga utilização do serviço, e o realinhamento da faixa para padrão internacionalmente estabelecido.	Ordinário	Tema: Recursos à Prestação. Subtema: Gestão de Espectro	(i) 1º semestre de 2021.	(i) promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;

2. No que tange ao pleito de inserção do Plano Geral de Autorizações cumpre salientar que o texto atualmente vigente sempre traz dificuldades adicionais nas operações de aquisições e reorganizações societárias. O Conselho Diretor já interpretou o mesmo texto do Regulamento de formas diferentes, ora aprovando operações, ora as condicionando à renúncia de outorgas de radiofrequências. Tal regulamentação foi escrita à época em que a competição no SMP estava se consolidando, não havendo mais justificativa para sua manutenção da forma como está. Em casos de reestruturação societária como o da Nextel, foi submetido novamente a interpretação de que o texto do Regulamento não apresenta óbice às operações societárias pretendidas. A anuência foi concedida sem que o CD tenha enfrentado expressamente a questão. Assim, considera-se necessária a reavaliação do tema, mantendo-se, apenas, os dispositivos que forem imprescindíveis para adequada exploração do serviço.

3. Ainda, esclarecendo melhor a proposta de revisão da Regulamentação referente ao Serviço Especial de Radiodeterminação por Satélite (SERDS), estabelecida por Norma do MCTIC, envolve a avaliação da necessidade de atualizar as condições gerais que regulamentam o serviço e